A (IN)CERTEZA DAS ALOMORFIAS SOCIOEDUCATIVAS

DOI: https://doi.org/10.24115/S2446-6220202063929p.17-26

Sílvia Azevedo[i]
Fátima Correia[ii]

RESUMO

O atual artigo exibe novos pressupostos socioeducativos e pedagógicos, patenteando a colaboração da Educação Social como uma alomorfia em contextos de máximo risco coletivo. Em Portugal, o trabalho com os grupos sociais mais vulneráveis e expostos ao risco, independentemente do seu espetro social, económico ou cultural, não tem tido por base uma estável interferência sociopedagógica, ainda mais num momento de alta instabilidade social como a que se vive hoje em tempos de pandemia COVID19. A Educação Social, mais do que nunca, tem de anteferir a transformação e a integração dos que ficam íntimos da exclusão. Necessitamos de um modelo social e educativo forte e diligente, capaz de evitar percursos de risco coletivo, para que os efeitos da pandemia sejam minimizados e se consigam criar medidas de desenvolvimento e reconversão profissional, onde a Educação Social é um instrumento integrativo.

Palavras-chave: Educação social. Alormofia. Risco social. Integração. Pedagogia social.

THE (IN) CERTAINTY OF THE SOCIO-EDUCATIONAL ALLOMORPHIES

LA (IN) CERTEZA DE LAS ALOMORFIAS SOCIOEDUCATIVAS

ABSTRACT

The current article presents new socio-educational and pedagogical assumptions, showing the collaboration of Social Education as an alomorphy in contexts of maximum collective risk. In Portugal, work with the most vulnerable social groups and those exposed to risk, regardless of their social, economic or cultural spectrum, has not been based on a stable socio-educational interference, even more so in a time of high social instability such as that experienced today in times of pandemic COVID19. Social Education, more than ever, must foresee the transformation and integration of those who are close to exclusion. We need a strong and diligent social and educational model, capable of avoiding collective risk pathways, so that the effects of the pandemic are minimized and professional development and retraining measures can be created, where Social Education is an integrative instrument.

Keywords: Social education. Allormophy. Social risk. Integration. Social pedagogy.

RESUMEN

El presente artículo presenta nuevos supuestos socioeducativos y pedagógicos, mostrando la colaboración de la Educación Social como una alomorfia en contextos de máximo riesgo colectivo. En Portugal, el trabajo con los grupos sociales más vulnerables y aquellos expuestos a riesgos, independientemente de su espectro social, económico o cultural, no se ha basado en una interferencia socioeducativa estable, más aún en un momento de alta inestabilidad social como la que se experimenta hoy en día. en tiempos de pandemia COVID19. La educación social, más que nunca, debe prever la transformación e integración de aquellos que están cerca de la exclusión. Necesitamos un modelo social y educativo fuerte y diligente, capaz de evitar las vías de riesgo colectivo, de modo que los efectos de la pandemia se minimicen y se puedan crear medidas de capacitación y desarrollo profesional, donde la Educación Social es un instrumento integrador.

Palabras-clave: Educación social. Alormofia. Riesgo social. Integración. Pedagogía social.

INTRODUÇÃO

"Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"[1], entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016 e foi aprovada por unanimidade por 193 Estados-membros da ONU, que visaram a necessidade de resolver as carências das pessoas, quer nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, fortalecendo sobretudo a ideia que ninguém pode ser esquecido. Abordando dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e de promoção pela paz, justiça e instituições mais eficazes, a Cimeira tornou-se um marco histórico por definir como prioridade o combate à pobreza e à fome, em todas as suas formas e dimensões, e a pretensão de garantir a todos os seres humanos a possibilidade de realizarem o seu potencial com dignidade e igualdade, num ambiente saudável onde a Educação é um princípio de compromisso.

Curiosamente, já em 1995, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, que teve lugar em Copenhaga, de 6 a 12 de Março de 1995, 117 Chefes de Estado e do Governo também se comprometeram a dar a máxima prioridade "à promoção do progresso social, da justiça e da melhoria da condição humana", de forma a construir sociedades estáveis e justas. Ao adotarem a Declaração e o Programa de Ação, estes dirigentes mundiais de ambas as Cimeiras garantiram comutar a pobreza, a obtenção do pleno emprego e a integração social como os principais objetivos do desenvolvimento a implementar. O Secretário-Geral de *Review of the further implementation of the World Summit for Social Development and the outcome of the Twenty-fourth special session of the General Assembly*[2] fez a "árdua constatação" de que a produção de um ambiente favorável ao desenvolvimento social estabelece-se hoje como um problema de grande extensão.

Estas preocupações foram reforçadas desde o início do atual surto de coronavírus (SARS-CoV-2), originador da Covid-19. Na verdade, existiu uma grande preocupação nível político, sanitário, macroeconómico e educativo diante de uma doença que se disseminou velozmente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos. De acordo com o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças, em 25 de julho de 2020 a epidemia do novo coronavírus já tinha infetado mais de 15 milhões de pessoas no mundo[3]. A verdade é que não existiam planos estratégicos instantâneos para serem aplicados a uma pandemia. À crise sanitária rapidamente se juntou o impacto nos planos social, económico e político.

A pandemia mostrou-nos as contradições dos sistemas que nos governam e ameaçou aprofundar as nossas fragilidades, revelando-nos como a incerteza está bem mais próxima do que imaginamos e como, facilmente, aumentam ainda mais os riscos a que estamos todos expostos. Uma crise como a que vivemos, na sequência da pandemia de Covid-19, obriga-nos a refletir sobre o mundo que nos rodeia.

As sociedades atuais são, assim, marcadas por grande dinamismo e imprevisibilidade, pois geram e trazem consigo um conjunto de riscos acrescidos que mudam constantemente o nosso propósito de vida. Conjuntamente, compreende-se que as consequências da globalização possuem uma dimensão vasta, pois envolve várias configurações do mundo social. Na verdade, a globalização, com todos os efeitos positivos que implicou, nomeadamente a aproximação das pessoas e culturas, também gerou alterações na sociedade, nomeadamente a nível da convivência e da integração social, contribuindo para uma maior impessoalidade e individualidade (VARGAS, 2006). Contudo, pelo fato da globalização ser um processo em aberto, as suas verdadeiras consequências são difíceis de serem calculadas e vigiadas, como a atual crise sanitária - COVID 19 é exemplo.

A EDUCAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

As mudanças trazidas pela globalização resultam em novas formas de risco, bem diferentes daquelas que existiam anteriormente. Ao contrário dos riscos ocorridos no passado, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos hodiernos são incalculáveis e de implicações indeterminadas (GIDDENS, 2004, p. 65). Isto leva-nos, obrigatoriamente, uma nova forma de organização social, onde aprendermos a lidar com a incerteza do presente e do futuro e a necessidade de sermos constantemente transformativos e adaptáveis ao que desconhecemos. Por este motivo, as transformações sociais que decorrem da globalização são incompatíveis com abordagens simplicistas e assistencialistas: exigem-nos um novo estatuto para a pessoa,

[1] https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Consultado a 10 de agosto de 2019.

[2] Documento E/CN.5/2005/6.

[3] https://expresso.pt/coronavirus/2020-07-25-Coronavirus-ca-e-no-mundo-em-13-graficos-Portugal-reduz-28-de-casos-numa-semana. Consultado a 25 de julho de 2020.

assumindo uma perspetiva de maior liberdade e adaptabilidade individual, na qual a coesão social não se faz anulando os indivíduos, mas, pelo contrário, integrando as especificidades e as liberdades individuais (ELIAS, 1999).

A intervenção social acaba por espelhar as lógicas prevalecentes nas políticas sociais, nomeadamente a nível do contrato social, dos fundamentos da relação entre Estado e cidadãos: os regimes de proteção social são objeto de mudanças profundas e assiste-se a limitações colocadas à participação dos indivíduos. Desde 1980 que em Portugal as políticas sociais têm sido observadas "quer sobre (…) sua conceptualização e particularidades, quer ainda exploratórias de diversas áreas e sectores específicos da sua materialização (saúde, educação, habitação, segurança social, etc" (RODRIGUES, 1999, p. 18). O principal objetivo deste modelo de intervenção assistencialista era fiscalizar os grupos sociais em risco, reagrupando os beneficiários em categorias sociais e colocando-os em espaços fechados, controlados, nomeadamente, instituições sociais, bairros, albergues, hospitais, entre outros.

Como vemos, muitos autores da atualidade exigem mais investimento na formação escolar e ou profissionalizante, nas soluções sociais de largo espectro, mas acima de tudo exigem um maior foco na formação e educação de âmbito social, onde as competências são um complemento para uma íntegra e equitativa inserção social e laboral. Há, assim, nas intervenções sociais uma maior orientação dada aos sujeitos do que para os contextos onde estes estão, uma maior responsabilização dos indivíduos pela sua situação do que para os problemas sociais, práticas de intervenção social mais assistencialistas do que uma maior orientação para projetos sociocomunitários mais participativos. Por essas razões, a Pedagogia Social tem conquistado a sua afirmação como praxis da Educação Social e como ação de elevado benefício transformativo, tornando-se um instrumento elementar de resposta socioeducativa à acelerada transmutação das sociedades contemporâneas e ao aumento veemente das pessoas em situação de risco social.

Hoje em dia, todos os seres humanos estão expostos a instabilidades e a riscos, o que exige um olhar cientificamente preparado. Na verdade, para se intervir sobre um conjunto de problemas multicausais, devemos reunir um conjunto diversificado de instrumentos de intervenção socioeducativa. Parafraseando Mialaret (1980, p. 8), a "educação é inseparável da evolução social - constituiu uma das forças que a determinam". Por este motivo, a aprendizagem continua é uma das grandes exigências da sociedade atual.

A Educação Social reúne as condições necessárias para novas possibilidades de intervenção pedagógica, capaz de reforçar os laços sociais e participar, assim, na negociação do contrato social, com base em valores de proximidade, educabilidade e perfetibilidade de todos os seres humanos.

A Educação Social é reconhecida em diversos países europeus[4], designadamente em Portugal, nuns como profissão e noutros como metodologia de intervenção. Na verdade, a sua evolução foi assumindo diferentes configurações (PÉREZ SERRANO, 2003). É uma profissão relativamente recente em Portugal e, ainda, em processo de profissionalização e afirmação da sua identidade profissional. Pela sua polivalência e índole inovador e emancipatório, é uma profissão envolta em grande complexidade (AZEVEDO e CORREIA, 2013). A Educação Social afirma-se pela consciência coletiva de que o trabalho social necessitava de novas políticas sociais que abrangessem também políticas educativas, uma vez que a intervenção assistencialista se tornou redutora para as necessidades sentidas pelo coletivo. O modelo de Educação Social que passou a vigorar no contexto português é a de um modelo polivalente, que integra ideologias do modelo germânico/espanhol[5] e francófono[6] (CORREIA, AZEVEDO e DELGADO, 2019). A promoção da Educação Social decorreu, ainda, num panorama de crescente valorização dos Direitos Humanos. Aliás a Declaração Universal dos Direitos do Homem é decisiva para a implementação da Educação Social, pois auxiliou a influenciar os ideais humanitários da igualdade social, justiça, solidariedade, fraternidade e hospitalidade (AZEVEDO e CORREIA, 2013).

[4] Como se pode verificar na International Association of Social Educators, em http://aieji.net/membership/members/ , consultado em 02 de maio de 2019.

[5] Considera a Pedagogia Social como matiz disciplinar da Educação Social ao conferir-lhe um enquadramento epistemológico e metodológico das práticas socioeducativas.

[6] Assenta na figura profissional do educador especializado que realiza um trabalho social com finalidade educativa.

O PAPEL DA PEDAGOGIA E EDUCADORES SOCIAIS

A Pedagogia Social é para os educadores sociais portugueses mais do que uma simples estratégia de intervenção ou matéria, ela permite ao educador social atuar pedagogicamente, dando-lhe modelos de conhecimento, metodologias e técnicas que permitem aos educadores sociais promoverem as condições de educabilidade de todas as pessoas, em particular das mais vulneráveis. Enquanto técnico da relação, o educador social desenvolve o seu perfil profissional a partir de uma intenção pedagógica e de respeito pelo outro, pela sua personalidade, tentando desenvolver com ele uma atitude reflexiva da sua condição e do seu próprio desenvolvimento. A sua intervenção só faz sentido se acreditarmos na transformação do "outro", enquanto mentor da sua transformação pessoal e social. É este compromisso educativo que dá uma nova dimensão ao trabalho social e confere especificidade ao trabalho do educador social, permitindo-o diferenciar-se de outros profissionais da área social (AZEVEDO, 2011).

O Técnico Superior de Educação Social apresenta-se com um perfil profissional polivalente, crítico, reflexivo e consciente da complexidade da sociedade, da sua mutabilidade e globalidade (SOCIAS e CERDÁ, 2005; CARVALHO e BAPTISTA, 2003; CORREIA, AZEVEDO e DELGADO, 2019). A amplitude dos seus âmbitos de intervenção e a exigência da sua missão educativa, ao trabalhar a autonomia, a participação e a cidadania (CORREIA, AZEVEDO e DELGADO, 2019), reclamam um perfil profissional multifacetado, com uma rigorosa preparação técnico-científica que dote os profissionais de recursos educativos e pedagógicos capazes de responder às necessidades sociais, que valorize simultaneamente as caraterísticas inatas de cada profissional (DÍAZ, 2006). As suas intervenções socioeducativas caracterizam-se pela aproximação aos indivíduos e seus contextos. Mais do que trabalhar para o "outro" trata-se de atuar com as pessoas, numa lógica de coresponsabilização e de coautoria, reconhecendo as capacidades dos sujeitos, fortalecendo-as e estimulando a participação nos seus projetos de vida. A participação é, aliás, o eixo central do trabalho do técnico superior de educação social. Por isto, ele é mais do que um profissional implicado: ele utiliza essa implicação para conseguir mudanças no outro.

Ainda neste sentido, a Pedagogia Social ocupa um lugar privilegiado na construção de instrumentos conceptuais necessários para compreender e acompanhar as trajetórias de vida dos sujeitos, considerados protagonistas da intervenção (AZEVEDO, 2011). O saber pedagógico, caraterizado pela estreita relação entre teoria e prática, entre a investigação-ação, permite, ainda, aos educadores sociais serem profissionais reflexivos. A Pedagogia Social é, na verdade, uma ciência teórico-prática: o conhecimento teórico torna possível uma prática educativa fundamentada e a prática torna possível um conjunto de reflexões que permitem a atualização da teoria.

É função da Educação Social "além de solucionar problemas próprios da inadaptação (…), desenvolver e promover a qualidade de vida de todos os cidadãos [e] adoptar e aplicar estratégias de prevenção das causas dos desequilíbrios sociais" (PETRUS, 1998, p. 27). A Educação Social poderá problematizar e refletir sobre o papel das intervenções socioeducativas numa mudança positiva, baseada na capacitação dos sujeitos na construção de uma cidadania mais solidária, democrática e inclusiva.

Importa à Educação Social as questões primárias da vida real da pessoa, independentemente da sua faixa etária, ao longo do seu desenvolvimento e assente em pressupostos humanistas e singulares. Cada pessoa é um ser único e, como tal, com necessidades próprias que o caracterizam e dessa forma necessita de um cuidado adequado à especificidade do seu desenvolvimento, da sua transformação e das suas privações. A Educação Social intercede perante problemas e realidades que impõem uma ininterrupta redefinição teórico-prática dos métodos de ação, com respostas efetivas que intimam uma educação ao longo da vida numa sociedade educativa globalizada, apelidada por Ortega (1999) como uma 'aldeia educativa global' ou cidade educativa.

Os educadores sociais possuem um papel essencial na transposição dos processos de exclusão social das pessoas em risco, ajudando-as a reorganizar e a transformar o seu "projeto de vida", a induzir todos os mecanismos que patenteiam os seus processos de tomada de decisão, após uma maior consciencialização e reflexão centrada no mundo, nos outros e em si próprios (OLIVEIRA, 2004). Deseja-se o desenvolvimento das potencialidades da pessoa, na sua dimensão pessoal, de modo a participar na otimização da sua qualidade de vida, mas também na promoção sociocultural, dos grupos e das comunidades onde se integra, em sequência à construção do bem-estar social e pessoal. Em Portugal, o trabalho com os grupos sociais mais fragilizados e expostos ao risco, independentemente do seu espetro social, económico ou cultural não tem tido por base uma efetiva intervenção sociopedagógica. Alicerçados em valores de proximidade e valorização dos laços sociais e comunitários, os educadores sociais conseguirão intervenções baseadas na capacitação dos sujeitos e na construção de uma cidadania solidária.

Os educadores sociais deverão conseguir reconfigurar a sua profissão, não apenas numa lógica de capacitação das pessoas para a participação, mas também pela atenção ao espaço relacional onde estas se desenvolvem. Deste modo, o educador social poderá contribuir para reinventar novas formas de as pessoas se ligarem entre si e de se ligarem aos seus contextos. Integrar uma comunidade, na verdade, não supõe apenas estar com os outros, mas também ser com os outros, de uma forma positiva (VARGAS, 2006).

CIDADANIA E EDUCAÇÃO SOCIAL

"A Educação Social poderá desempenhar, portanto, um papel fundamental na construção de uma nova cidadania e de um novo contrato social, capaz de aliar direitos humanos, a democracia, igualdade de oportunidades." (AZEVEDO e CORREIA, 2013, p.7). Falamos de espaços de integração, adaptação, socialização, de educabilidade, espaços onde a pessoa se sinta PESSOA, válida e incluída; onde sinta que "alguém" a ouve e acredita nela. "Pretende-se que os indivíduos possam protagonizar, a partir dos seus saberes, o seu desenvolvimento mediante uma participação consciencializadora" (AZEVEDO e CORREIA, 2013, p.7).

No campo generalizado da educação, os grupos constituídos por profissionais da educação social organizados em equipas multiprofissionais, parecem elevarem-se e procurarem entendimento aos níveis mais particulares e globais da ação educativa (BOURDON, 1990), que lhes permite agir ao nível dos desafios que hoje se colocam às sociedades. Introduzir-se na educabilidade das pessoas significa interpor-se, ser intercessor, ajudar, apoiar, criar consenso, ser influenciador e ser ao mesmo tempo intruso (ARDOINO, 1980). Uma equipa multiprofissional constituída também por profissionais da Educação Social, enquanto entidade interventiva, obriga que cada elemento reveja a "sua" história, percurso e perspetivas no espaço e no tempo, com o intuito de mobilizar conhecimentos adquiridos e direcioná-los de uma forma articulada e integrada em direção ao progresso e à transformação humana nas suas diversas variantes. Uma equipa de profissionais de educação social é um grupo em desenvolvimento educativo e, simultaneamente, educador, não só porque desenvolve capacidades de adequação a contextos distintos, inesperáveis e problemáticos, mas também, porque age com os sujeitos interagindo em grupos incorporados em contextos socioinstitucionais específicos e instáveis, desenvolvendo-lhes, através de cooperação relacional, os seus lugares de sujeitos de ação.

A educação ao longo de toda a vida é entendida como a clave que facilita as portas do século XXI (DELORS, 2003), ou seja, que permite a cada pessoa, desde a infância até ao fim de vida, ter um conhecimento diligente do mundo, dos outros e de si mesma (CARNEIRO, 2001). Uma sociedade deve adotar diferentes configurações de observar os fenómenos educativos: um paradigma de Educação ao Longo da Vida que ultrapassa as fronteiras tradicionais que abrangem o espaço-tempo formal da aprendizagem, fazendo invocação a novas hipóteses e/ou protótipos como é o caso da Educação Social (UNESCO, 1998).

Segundo Ramos (2005), a metodologia do educador social divide-se em três momentos cruciais: *ver*, isto é, partir das perspetivas das pessoas que vivem as situações concretas, desenvolvendo uma relação empática; *julgar*, ou seja, adquirindo e desenvolvendo elementos de análise sobre o sujeito, seu contexto e sua evolução, para poder atuar na transformação da sua realidade; e, por fim, *atuar*, pelo que precisa de dominar um conjunto diversificado de saberes, planificando, organizando, executando e avaliando as suas ações. O perfil do educador social centra-se no carácter pedagógico das suas ações, orientadas por uma perspetiva crítica e transformadora, não se acomodando a uma mera adaptação à sociedade.

Entre os paradigmas educacionais que invadem a história da educação, a "educação ao longo da vida" ocupa um lugar peculiar, pois procura compreender, nas suas diversas formas, a riqueza e a variedade de objetivos, enlaçando um vasto leque de causas, com o objetivo de educar. Podemos afirmar que a Educação ao Longo da Vida passou de conceito visionário Universal e Humanista do Relatório de Faure (1972), a parte integrante das Políticas Nacionais e Internacionais - sendo um dos grandes desafios do século. Do lado da educação, assiste-se a um movimento que põe em destaque a importância das aprendizagens realizadas a partir da experiência de vida (em sentido lato, englobando a esfera pessoal, profissional, social), através de processos de aprendizagem experiencial. A vida é reconhecida como um contexto de experiências e de desenvolvimento de competências onde se valoriza mais os saberes e as competências pessoais, sociais e profissionais adquiridas. A experiência é considerada como uma fonte legítima de saber, que pode (e deve) ser formalizado e validado.

Reconhece-se o potencial formativo, mas também educativo e pedagógico (através da socialização) que as situações de trabalho encerram em si, a construção de novos saberes e competências e identificam-se caraterísticas que promovem a aprendizagem dos indivíduos e das organizações. A Pedagogia Social enquanto área científica tem um papel relevante perante as mudanças dos contextos sociais e profissionais, onde

promove a consciência da responsabilidade social e de formação do sujeito (desde e família, escola, relação da escola com a comunidade, agentes, atores sociais educativos) (FERMOSO, 1994). Em contexto de precarização laboral, de aumento do desemprego e de crise económica e social, à penalização profissional e social, principalmente dos grupos mais fragilizados e/ou em risco de exclusão (desempregados, em risco de desemprego, menos qualificados, baixos níveis de escolaridade, entre outros), é no contexto de pressões e novos códigos de ação que emergem novas formas de diferenciação social, discriminação, segregação e marginalização, onde o Técnico Superior de Educação Social alcança um papel marcante, recorrendo à diversas outras áreas e metodologias: animação sociocultural, ações socioeducativas, ações comunitárias, à educação dos adultos (andragogia), educação gerontológica, a educação para a prevenção, minimização e redução de riscos e uma educação personalizada e comunitária (BAENA, SÁENZ, QUINTANA - CABANAS, 2002; PETRUS, 1998). Logo, o reconhecimento e a validação das aprendizagens, através das experiências e da Pedagogia Social, podem constituir uma resposta pertinente na diminuição da exclusão e outros fenómenos sociais, facilitando integração educativa/escolar/formativa/profissional de grupos mais desprotegidos ou marginalizados (AZEVEDO e CORREIA, 2013, p.3).

O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL EM CONTEXTOS ADVERSOS

Perante a crença que vivemos numa nova sociedade com base nos valores do Humanismo, onde devemos olhar para a intervenção socioeducativa através de valores como os de solidariedade, fraternidade e hospitalidade, a pedagogia e, consequentemente, a Educação Social como praxis são a interposição implicada na transformação do Homem, onde o educador tem de ser sensível ao seu educando, sabendo estimulá-lo e promovendo a sua autonomia. Laevers (1994) identificou três categorias baseadas na apresentação de características de empenhamento do sujeito:

a) Sensibilidade – atenção e cuidado que o educador demonstra ter para com os sentimentos e bem-estar emocional da pessoa;

b) Estimulação – o educador concretiza a sua intervenção durante o processo de trabalho com a pessoa;

c) Autonomia – trata-se do grau de liberdade que o educador deve dar à pessoa para escolher, experimentar, emitir juízos, exprimir ideias e opiniões, negociar.

O educador deve-se empossar da singularidade de pessoas e desenvolvê-la através da pedagogia social, que, no âmbito da Educação Social, atende a critérios que a distinguem por conter estados singulares de desenvolvimento intelectual, académico, social, associativo. A pedagogia social afigura-se como uma ciência que propicia a criação de conhecimentos pessoais, sociais e culturais, com um método que permite a transformação, reorganização de competências e transmissão de saberes, com ações orientadas e intencionais – Desenvolvimento Humano. As Ciências da Educação, nomeadamente, a Pedagogia Social têm que se afirmar como ciências autónomas e com objeto de investigação próprio, pois a Pedagogia Social é a teoria de uma prática educativa que surgiu com a finalidade de responder a problemas de exclusão social, onde antes de intervir para a inclusão, é necessário reconhecer e esclarecer a singularidade e a especificidade de cada pessoa. Deste modo, a pedagogia social deve ser interpretada como uma ferramenta para a mudança positiva do saber humano, através de uma intervenção socioeducativa. Tudo o que temos estado a propor no campo de ação da Educação Social, remete-nos para a importância do vocábulo "Pedagogia". A pedagogia é por isso considerada pela UNESCO capaz de responder aos desafios educacionais, particularmente em territórios de desigualdades socioculturais, sendo por isso um elemento fundamental para a transformação das pessoas, com especificidades diferenciadas[7].

Como temos vindo a observar, o domínio da Educação Social é um domínio complexo e plurifacetado devido às suas práticas educativas. As finalidades educativas, os papéis assumidos pelos educadores e educandos nos processos de educação/aprendizagem, as escolhas de vida, a multiculturalidade, o contexto socioeconómico, os valores e as atitudes, são apenas algumas das questões que nos levam até a uma reflexão sobre a importância da Pedagogia e da Educação Social no processo de vida das pessoas.

Os processos de educação, formação social e pessoal devem garantir que os sujeitos sejam realmente inseridos na comunidade, mediante uma transição apoiada e monitorizada. A integração social, escolar e laboral representa não só a capacidade de atualizar conhecimentos e competências de forma à transformação do futuro próximo e que será incerto. Entendemos que as pessoas só podem ser integradas plenamente, mediante

[7] www.ewrs.com.br/pedagogia.htm.. Consultado em 18 de Março de 2019.

o entrosamento entre o educativo, formativo e o social. A aprendizagem ao longo da vida e para toda a vida só faz sentido se aos planos económicos e laborais estiverem agregados em políticas socioeducativas e pedagógicas. Caso contrário, deixarão de ser políticas inclusivas e apenas promoverão, como referenciado atrás, a certificação escolar.

A Educação Social, enquanto área em permanente construção, aberta e em evolução, poderá responder a estes novos desafios, adaptando-se aos contextos e reconstruindo, assim, os limites da sua própria intervenção. A Educação Social não pode, de facto, estar alheada deste cenário de vulnerabilidade e precariedade social e da aparente insuficiência das políticas sociais na promoção da cidadania. A postura do educador social não pode ser compatível com a neutralidade e impessoalidade de intervenções sociais estanques, que não consideram os sujeitos como cidadãos ativos, que não entendem os laços sociais entre os indivíduos e as suas comunidades, que não se sustentam em valores de "proximidade, educabilidade e perfetibilidade" (CARVALHO e BAPTISTA, 2003). O educador social não pode ser o técnico que executa, de forma acrítica, as políticas: tem de ser o profissional que, criticamente e positivamente, as transforma: cabe aos educadores sociais criar as condições que favoreçam o direito à integração social, através de uma ajuda educativa e de uma mediação social que respeite a singularidade de cada indivíduo. Desta forma, a crise económica, social e sanitária que vivemos atualmente poderá ser entendida como potencial de desenvolvimento de novas intervenções sociopedagógicas, uma vez que nos obriga a novos questionamentos, novos desafios e novas formas de nos posicionarmos.

Um dos impactos mais evidentes da atual pandemia em Portugal, foi as transformações no mercado laboral. Numa sociedade de risco e competitiva como a atual, a perda de emprego, nomeadamente abrupta significa a perda a rápida de autonomia económica, mas também a quebra de laços sociais e familiares e das capacidades pessoais e profissionais – e a exclusão nas suas diversas dimensões. Por este motivo, é necessário investir num modelo de desenvolvimento humano que assente em políticas mais ativas possibilitem uma alomorfia holística dos sujeitos.

A fragmentação do trabalho e a supressão de boa parte dos direitos a ele associados constitui, assim, uma ameaça para o equilíbrio das sociedades. Há, então, cada vez mais pessoas a quem é negado o "direito a ter direitos" e que estão, por isso, limitadas no exercício de uma cidadania plena. Torna-se, assim, urgente uma análise reflexiva sobre a modernidade e a intervenção social: num contexto de crise como o que vivenciamos atualmente, a intervenção social deve partir não tanto das necessidades, que colocam os indivíduos numa posição assimétrica, mas sobretudo das potencialidades das pessoas. Neste contexto, a Educação Social sugere um modelo de abordagem ao desenvolvimento humano que implica o envolvimento e participação de empresas e agentes locais, com vista à implementação e elaboração de ações orientadas para a inserção absoluta que fortaleçam ainda a autoestima, a autoconfiança e a criatividade dos indivíduos e não de um mercado globalizado e produtor de risco. A autoestima tem um papel relevante na transformação da pessoa, uma vez que pressupõe o modo como cada um se vê a si mesmo, isto é, a forma como se avalia.

Na verdade, exige a apreciação da história pessoal (capacidade para valorizar os períodos da sua vida, a origem familiar e social, os acontecimentos mais marcantes e as pessoas mais significativas), mas também o estudo das perspetivas de futuro, mediante a capacidade de elaborar projetos pessoais e profissionais - em termos projetivos. No trabalho socioeducativo individual não se trata, somente da promoção de competências, mas também da ligação e integração coletiva.

O educador social poderá ter, assim, um papel preponderante na intervenção junto das entidades empregadoras, abrindo novos campos de intervenção para a Educação Social, designadamente na constituição destas como espaços de realização pessoal mediante novas estratégias de contratação, pela aposta na promoção de competências pessoais e sociais, na dinamização das redes de sociabilidade dos trabalhadores, nos programas de reciclagem profissional e, não menos importante, promovendo a humanização das relações de trabalho, pela manutenção de um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento das pessoas.

Na Educação Social as pessoas são valorizadas pelas suas aprendizagens, experiências e projetos passados ou futuros, onde os seus processos de desenvolvimento pessoal e social constroem, episódio a episódio, o sentido, a solução para uma existência de um campo e de uma incógnita – o futuro. A mais elevada tarefa da Educação Social deve ser a de transformar seres humanos livres, que sejam capazes de sozinhos encontrar o propósito e a direção das suas vidas (AZEVEDO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em súmula, perante uma sociedade cada vez mais produtora de riscos, o modelo de educação social português singulariza a capacidade de adaptação e a transformação participativa, como eixos centrais do trabalho socioeducativo com as pessoas. A Educação Social tem evoluído em Portugal por aproximação ao trabalho social e às ciências sociais, mas também por referência a um saber epistemologicamente indexado às ciências da educação: a Pedagogia Social. Os educadores sociais devem estar atentos a novos espaços da educação social, como o que vivemos atualmente com o COVID19, compondo, de forma diligente, novos planos de intervenção: no âmbito social, na promoção da alteridade e rutura com posturas de indiferença, de "fiscalização social" e impessoalidade de intervenções sociais estanques, personalizando as políticas sociais e educativas; no âmbito do trabalho, pela promoção do direito ao trabalho, pela constituição de espaços profissionais que apostem na promoção de competências pessoais e sociais; no âmbito da saúde, com intervenções pedagógicas que ultrapassem a intervenção de urgência, com novos espaços de intervenção, caso da Pedagogia Hospitalar. O grande desafio que se emprega é a construção de uma intervenção sociopedagógica na qual a educação e a fraternidade assumam um papel central de desenvolvimento e adaptabilidade humana.

Na intervenção socioeducativa, a responsabilização dos sujeitos facilita a emergência de visões mais críticas sobre si e o mundo que o rodeia. O educador social pela sua especificidade profissional é capaz de intercessões que coadjuvem a formação de sujeitos autónomos e responsáveis para assumirem as escolhas profissionais, as tomadas de decisão e implicações destas nos seus projetos de vida. Na realidade, na sua ação, este profissional procura desenvolver nos sujeitos um conjunto de competências que lhes permita conhecerem-se e tomarem consciência das suas potencialidades, direitos e deveres, sobretudo em tempos de crise.

A Educação Social permitirá a implementação de planos direcionados para a elaboração da integração plena na comunidade, criando redes sociais orientadoras, espaços de ligação e intercâmbio e outros. Logo, o educador social terá também o papel de mediador na integração do sujeito nos diferentes contextos que o circunda.

Uma Educação Social que se assume transformadora das realidades sociais, deverá ela própria ser transformativa, capaz de ir se adaptando às diversas reconfigurações sociais (TIMÓTEO, 2015). Reforçamos que os educadores sociais, por possuírem um saber tão abrangente, encontram-se numa situação privilegiada para (re) definirem os mapas sociais e educativas das comunidades. É preciso valorizar os aspetos educativos da intervenção social, evitando práticas sociais assentes na despersonalização e substituindo intervenções de urgência por discursos mais preventivos, reconhecendo a importância da participação crítica. É preciso revestir a intervenção social de uma visão comunitária que vá mais além do que as ajudas económicas, das necessidades concretas, das abordagens individuais, da atenção urgente.

Admitimos que será inocente considerar que a Educação Social e a ação do educador social possam ser a única proposta interventiva de valor, mas é em todo o rigor, na nossa opinião, fortemente marcante num processo de vida que se exige que seja de plena integração e transformação para o sujeito.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, J. *L'intervencion: Imaginaire du changement ou changement de l' imaginaire? L'intervencion institutionnelle*. Paris :Payot. 1980

AZEVEDO, S. *Técnicos superiores de educação social. necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira do Caos. 2011

AZEVEDO, S.; CORREIA, F. A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. *Revista de Educación Social (RES),* 17, 2013. Disponível em: www.eduso.net/res/pdf/17/ascport_res_17.pdf. Acedido em: 25 abr. 2018.

BAENA, M.P.L.; SÁENZ, J.M.M.; QUINTANA CABAÑAS, J. M. *Pedagogía Social*. Madrid: Pub. UNED.2002

BOUNDON, R. *O lugar da desordem-trajectos*. Lisboa: Gradiva. 1990

CARNEIRO, R. *Fundamentos da educação e da aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão. 2001

CARVALHO, A.; BAPTISTA, I. A Pedagogia Social na revalorização do estatuto antropológico do sujeito. SIPS – Pedagogía Social. *Revista Interuniversitaria*, 10, 181-193, 2003. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56493/2/adalbertocarvalhopedagogia000131250.pdf. Acedido em: 25 abr. 2018.

CORREIA, F.; AZEVEDO, S. & DELGADO, P. The professionalization of Social Education in Portugal. A comparative analysis of the representations of the professionalism of the finalists and graduates of the ESE.IPP. *Sensos-E,* 6(3), 39-50, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.34630/sensos-e.v6i3.3116. Acedido em: 25 abr. 2020.

DELOURS, J. *Educação um tesouro a descobrir* – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Lisboa: Edições ASA. 1998

DÍAZ, A. Uma aproximação à Pedagogia Social – Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, 7, 91-104, 2006. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/801/644. Acedido em: 25 abr. 2020.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote.1993

FERMOSO, P. *Pedagogía social: fundamentación científica*. Barcelona: Herder.1994

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

MIALERT, G. *As ciências da educação*. 2.a ed. Lisboa: Moraes Editores.1980

OLIVEIRA, C. *Auto-organização, educação e saúde*. Coimbra: Ariadne, 2004

ORTEGA ESTEBAN, J. (Coord.). *Educación social especializada*. Barcelona: Ariel.1999

PÉREZ-SERRANO, G. *Pedagogía Social – Educación Social*. Construcción científica e intervención práctica. Madrid: Narcea. 2003

PETRUS, A. *Pedagogía social*. Barcelona: Ariel, 1998.

PORTUGAL. Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. *Revista Praxis Educare*. Porto, DF, 2018. Disponível em: http://www.aptses.pt/wp-content/uploads/2020/03/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-4-2018.pdf. Acedido em: 25 abr. 2020.

RAMOS, E. Una Reflexión siempre Provocadora: Los Métodos de Intervención son los mismos que los de Investigación en la Práctica? In C. Álvarez (coord.). *La Educación Social. Discurso, Práctica y Profesión*. (pp. 197-240). Madrid: Editorial Dykinson.2005

RELATÓRIO FAURE (1972). *Learning to Be*. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000018/001801e.pdf. Acedido em: 11 jun. 2020

RODRIGUES, F. *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSScoop –Departamento Editorial.1999

SOCIAS, C.; CERDÁ, M. ¿Es Conveniente la Convergencia o La Disgregación Profesional para el Adecuado Desarrollo de La Pedagogía Social? In C. Alvaréz (Coord.). *La educación social: discurso, práctica y profesión* (pp. 77 - 95). Madrid: Dykinson, 2005.

TIMÓTEO, I. A Evolução da Educação Social em Portugal: Perspetivas e Desafios Contemporâneos. *Praxis Educare,* 1, 12 – 18, 2015. Disponível em: http://www.aptses.pt/wp-content/uploads/2019/12/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-1-2015.pdf. Acedido em: 11 jun. 2020.

UNESCO. *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*: Hamburgo 1997. Declaração Final e Agenda para o Futuro, Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação e Inovação, 1998. Disponível em: http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf. Acedido em: 11 jun. 2020.

VARGAS, G. A dimensión ética, pedagógica e prática da participación social no ámbito local. *Interea Visual*. 8,

20-23, 2006. Disponível em:
https://www.dacoruna.gal/cultura/interea/RevistaInterea08/pdf/intereavisual08.pdf. Acedido em: 11 jun. 2020.

[i]Licenciada em Educação Social. Especialização em Pedagogia Social. Mestre em Ciências da Educação. Doutorada em Educação. Coordenadora da licenciatura em Educação Social/Professora Adjunta do ISCE-DOURO (Penafiel). Investigadora do INED – Centro de Investigação e Inovação em Educação da Escola Superior de Educação do Porto/ Investigadora do CEPESE da Universidade do Porto. Presidente da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. Coordenadora do Gabinete Europeu da International Association of Social Educators – AIEJI. E-mail: silvia.azevedo@iscedouro.pt; direcao@aptses.pt.

[ii] Licenciada em Educação Social. Mestre em Educação e Intervenção Social - Desenv. Comunitário e Educação de Adultos. Doutoranda em Educação. Investigadora do INED – Centro de Investigação e Inovação em Educação da ESE P. Porto. Professora assistente convidada da Escola Superior de Educação do Porto. Vice-Presidente da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. E-mail: fatimacorreia@ese.ipp.pt; geral@aptses.pt.

Recebido em: 20 jul.2020.
Aprovado em: 30 jul.2020